



PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2003, do Senador Paulo Paim, que *altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –*, para *elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada.*

RELATOR: Senador **EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y**

I – RELATÓRIO

Chega para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 212, de 2013, que eleva o valor da renda familiar que enseja o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), devido, por força do art. 203, inciso V, da Constituição Federal, aos idosos e às pessoas com deficiência. A alteração proposta torna elegíveis aqueles idosos e pessoas com deficiência cuja renda familiar mensal *per capita* seja igual ou inferior a três quartos do salário mínimo vigente, e não mais apenas um quarto do mesmo, como estabelece hoje o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).

O autor justifica sua proposição com os argumentos de que a linha de elegibilidade mencionada não faz cumprir a disposição de justiça distributiva contida na Constituição Federal, e também de que o aumento proposto é compatível com o orçamento da Previdência Social.

Após seu exame por esta CDH, o projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais, que sobre ele decidirá de modo terminativo.





Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

II – ANÁLISE

Da avaliação da matéria, primeiramente, vale observar não existirem impedimentos de constitucionalidade ou de legalidade. Ao contrário, conforme estabelece a Constituição Federal, é competência privativa da União legislar sobre seguridade social (art.22, inciso XXIII) e competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde, da proteção e garantia das pessoas com deficiência (art. 23, inciso II).

Ademais, segundo o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre proposições que versem sobre proteção e integração social de pessoas idosas e com deficiência, o que torna regimental o seu exame do PLS nº 212, de 2013.

O PLS nº 212, de 2013, é perfeitamente adequado do ponto de vista normativo. A Constituição é bastante clara e assertiva no que diz respeito à justiça distributiva, conforme se lê no inciso III de seu art. 1º (que estabelece a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República), bem como nos incisos I, III e IV de seu art. 3º, que fixa os objetivos fundamentais da República: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades e a promoção do bem de todos, sem preconceitos ou discriminações de qualquer ordem.

Ademais, o item V do art. 203 da Carta Magna desdobra os mencionados princípios em obrigações distributivas, ao garantir um salário mínimo de benefício mensal às pessoas idosas e com deficiência que não sejam capazes, por si mesmas ou por meio de suas famílias, de verem provida a sua manutenção.

Ora, a mencionada LOAS, no § 3º de seu art. 20, considera como incapaz de prover a manutenção das pessoas idosas ou com deficiência a família cuja renda mensal *per capita* seja igual ou superior a um quarto do salário mínimo vigente. Tal valor de elegibilidade termina por beneficiar, conforme argumenta corretamente o autor da proposição em exame, apenas àquelas pessoas em condição miserável, deixando grandes contingentes de pessoas idosas ou com deficiência à margem da proteção





constitucional que assegura a dignidade e o bem de todos. Portanto, o PLS nº 212, de 2013, propõe um ajuste necessário e bem vindo.

No que diz respeito ao impacto orçamentário, o autor argumenta que a medida não significa a duplicação do comprometimento com o BPC, dado o fato de que o benefício já vem sendo pago a pessoas cuja renda familiar mensal é superior a um quarto do salário mínimo. Dados do Relatório de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União sobre o BPC estimavam, em 2009, que a elevação da linha de elegibilidade, de um quarto para meio salário mínimo, aumentaria em cerca de 48% o número de beneficiários. Se dobrarmos este número, correspondendo ao conteúdo da proposição em exame, teríamos elevação de 96% no número de beneficiários. É necessário, porém, para uma estimativa correta, que se pondere o fato mencionado de que o BPC já é pago a pessoas cuja renda familiar mensal *per capita* encontra-se na faixa de um quarto do salário mínimo até um salário mínimo inteiro. Feitas as ponderações, tem-se que cerca de 30% dos atuais beneficiários recebem como se a proposta em exame já fosse lei. Ao fim, poder-se-ia estimar em 60% a elevação do gasto anual com o BPC.

Conforme dados do Boletim Estatístico da Previdência Social, de maio de 2013, são pagos atualmente 3,8 milhões de Benefícios de Prestação Continuada, o que significa o custo anual de aproximadamente R\$ 31 bilhões, ou seja 7,6% da arrecadação total da Previdência Social em 12 meses, que tem girado em torno de R\$ 401 bilhões. Um aumento de 60% no número de beneficiários aumentaria essa população em cerca de 2,3 milhões de pessoas. Ao custo médio de R\$ 677,00 por BPC, o aumento do comprometimento orçamentário seria de R\$ 18 bilhões (aproximadamente 60% da dotação orçamentária atual do BPC). Se somarmos o que já se paga com o que se viria a pagar, teríamos o comprometimento de 12,2% do orçamento previdenciário, contra os 7,6% atuais. Tais valores são razoáveis e suportáveis pela sociedade e pelo Estado, dado o comprometimento de ambos com os princípios constitucionais soberanos.

O PLS nº 212, de 2013, merece, portanto, o nosso apoio. Proporemos tão somente uma emenda à ementa da proposição, para especificar que a renda mensal referida é a de tipo “familiar *per capita*”.

III – VOTO





Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2013, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se à Ementa do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2013, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para elevar o limite da renda familiar mensal *per capita* que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

